

ALFABETO ROMANO HISTÓRIA E METODOLOGIA PARA ESTUDOS CLÁSSICOS E MEDIEVAIS

Gabriel Soares - NEA/UERJ

Este artigo⁷ apresenta resumidamente uma metodologia de estudo de sistemas de escrita, usando o alfabeto romano como modelo de aplicação. Espera-se que o pesquisador encontre um ponto de referência para conceitos e elementos de análise que permanecem restritos aos estudos da área de Letras.

Questões iniciais

O estudo da escrita dentro do escopo da área de Letras ficou – e consideravelmente permanece – recluso a dois campos: a Filologia e a Lingüística. De forma genérica, podemos entender que esteve atrelado somente a estudos lingüísticos, já que atualmente reconsidera-se ambos os campos como pertencentes à mesma categoria: a Lingüística.⁸

De um ponto de vista essencialmente conservador, pode-se avaliar que mesmo hoje, dentro da área de Letras, tais estudos devem permanecer reclusos ao âmbito lingüístico. Discordamos veementemente. Embora poucos sejam os especialistas que proponham algum tipo de estudo da escrita dentro da Gramática, entendemos que a Ortografia tem uma obrigação fundamentada em sua premissa, mesmo quando entendida ingenuamente como suporte à Fonologia, de estudar os grafemas da língua em perspectiva histórica, estudo esse que balizaria e sustentaria outras áreas como a Morfologia. Uma

⁷ Originalmente parte de minha monografia “Letra e Alfabeto: O Sistema de Escrita do Português” do curso de Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

⁸ Em outros campos de análise científica, como a História e a Paleografia, esse estudo ganhou nova roupagem, levando em conta aspectos cronológicos a partir das datações e de achados principalmente depois do século XVIII.

“ortografia histórica”⁹ seria de grande relevância aos fundamentos do estudo de gramática; que outra resposta poderíamos dar à dificuldade de entendimento dos alunos dos prefixos e sufixos de nossa língua?

Não faremos este tipo de estudo, pois, apesar de nosso objetivo ser semelhante, a estratégia adotada é outra: nas palavras de Sampson “estamos mais interessados na *estrutura* dos sistemas de escrita” (1996:17 – grifo do autor). Contudo, está lançado o debate.

Conceitos e classificações

É bastante importante pontuar os conceitos adotados a fim de evitar confusões. O primeiro e mais abrangente conceito é o de *língua*. Como esse conceito não é muito adversativo, propomos uma definição baseada em nossos amplos estudos ao longo da graduação e que nos servirá perfeitamente bem. Língua é o conjunto de modalidades lingüísticas, cada qual constituindo um sistema de uma ou mais variantes escritas, faladas ou executadas, através das quais se expressa o pensamento humano.

Um segundo conceito seria o de *escrita*. Optamos pela definição da especialista francesa Nina Catach (1996:5) que a entende como “conjunto de signos organizados que permitem comunicar qualquer mensagem construída sem passar necessariamente pela voz natural”. Embora pesquisadores renomados ponderem uma diferença entre escrita, sistema de escrita e sistema ortográfico/ortografia – como o faz M. Diki-Kidiri (apud N. Catach, 1996:163) – nos aproximamos de Sampson (1996:17) que usa os três como sinônimos, embora considere aplicações diversas. Diz que irá, “de preferência, empregar ‘sistema de escrita’ quando uma escrita for citada como exemplo de um *tipo* particular de registro escrito; da mesma forma empregarei ‘ortografia’ ao me referir às convenções alternativas para o uso de um dado conjunto de símbolos escritos”.

Uma distinção de relevância considerável ponderada por Geoffrey Sampson (1996: passim 20-3) está na diferença entre *grafe* e *grafema*. O

⁹ Não propomos aqui criações de áreas de estudo. Utilizamos o termo “histórica” apenas como a melhor forma de expressar o tipo de análise que entendemos relevante.

primeiro seria qualquer unidade de qualquer escrita, já o segundo um conjunto de alografes não significativos.¹⁰

As definições de grafema e seus problemas são amplamente trabalhados por Jean-Christophe Pellat (apud N. Catach, 1996:132-147) da *Université de Strasbourg II*. Dos quatro tipos de definições elencadas por Pellat, o que mais reflete nossos propósitos é o grafema como “unidade gráfica polivalente, cujo papel varia segundo os sistemas de escrita”.

Questão também importante é a classificação do “conjunto de signos” a que Catach se refere. Para J. T. Hooker (1996:9) “a raça humana adotou quatro métodos principais de estabelecer registros ou de transmitir informações: os pictogramas, a escrita analítica, os sinais silábicos e o alfabeto”. Essa definição, guardadas as devidas proporções da simplificação a qual Hooker se filia, atende nossos interesses. Sabemos suas limitações, mas a adotamos por ser objetiva, pontual e auto-explicativa.¹¹

Metodologia

A metodologia de nossa análise é aquela proposta como “grafêmica” pelo colóquio internacional intitulado “Para uma Teoria da Língua Escrita”, realizado em Paris em 23 e 24 de outubro de 1986 no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), sob organização de Nina Catach e da equipe de História e Estrutura das Ortografias e Sistemas da Escrita (HESO) pertencente ao centro mencionado.

Tal colóquio resultou em um compêndio de valiosos artigos que registram uma perspectiva inteiramente atualizada de análise de sistemas de escrita. A premissa das proposições dos teóricos, dentre os quais Françoise Desbordes, Liselotte Pasques, Robert Martin e William Hass está nos trabalhos de Jacques Derrida onde, segundo nos esclarece Catach (1996:5), “a teoria da escrita conheceu, sem que o público tenha sido informado, importantes desenvolvimentos”.

¹⁰ Sampson exemplifica com <g, g, g> como sendo alografes do grafema <g>, mas <G> e <g> como grafemas distintos, já que são significativos.

¹¹ Mesmo assim, fica registrada a posição atual sobre sistemas semasiográficos e a discussão sobre sua consideração ou não como escrita, bem como as tentativas recentes de demonstrar os limites da suposta “pictografia”. Além disso, o conhecimento e classificação dos sistemas dentro do esquema glotográfico tem caminhado com grande avanço. Ver concisa explicação em Sampson, 1996:24-45.

Embora a proposta do colóquio tenha sido a determinação dos conhecimentos atuais sobre os sistemas de escritas antigos e modernos em perspectiva essencialmente lingüística (N. Catach, 1996:5), é inegável que a base da análise feita é essencialmente gramatical. Catach (1996:244), encerrando os vinte e um estudos que compõem a obra, enuncia:

É, portanto, partindo dos tipos de unidades e de níveis universais da linguagem (fonemas, sílabas, morfemas, palavras, frases e textos) e em seguida seriando as contribuições originais de cada escrita e de todas as escritas ao universo da linguagem que conseguiremos lançar os elementos de uma grafêmica geral.

Nossa análise partiu do mesmo princípio. A adequação que se fez necessária neste trabalho, contudo, foi levar em conta mais os elementos externos da mudança grafêmica que propriamente os internos. Tal modificação tem sua razão de ser no fato inequívoco de que nosso conhecimento da escrita do mundo antigo – já que nosso interesse está predominantemente atrelado ao alfabeto latino num primeiro momento – é consideravelmente restrito a poucos textos da administração pública e a algumas inscrições de ordem mais de exaltação que pragmática.

Mesmo assim, tivemos o cuidado de buscar compreensão vasta deste tipo de relação de produção do texto, seguindo a metodologia. Charles Higounet (2003:10) nos mostra que “a escrita não é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso direto ao mundo das idéias (...)”. Assim, aqui e ali, encontramos ponto de referência na coletânea organizada pelos especialistas de Oxford, Alan K. Bowman e Greg Woolf, no relevante “Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo”.

Alfabeto latino

Para aplicar esse aporte teórico, faremos um panorama conciso, na medida do possível, da constituição do alfabeto latino desde suas origens até a sua sedimentação como alfabeto que foi adotado pela língua portuguesa e várias outras línguas modernas.

Para tal, optou-se por uma divisão em duas partes: ‘heranças e mudanças iniciais’ e ‘alterações na Antigüidade tardia e Alta Idade Média’. Pode dar-se um estranhamento ao fato de não incluirmos em nosso estudo muitas mudanças medievais do alfabeto e outras relativamente posteriores. Isso se deve ao fato de que as alterações nesses períodos históricos são, salvo poucas exceções que serão oportunamente comentadas, mais de caráter tipográfico que no âmbito do grafema.¹²

Começemos, pois, este interessante percurso.

Heranças e mudanças iniciais

Para Higounet (2003:59), podemos entender um alfabeto como sendo “um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem”. A palavra teria tido, segundo o autor, origem no latim *alphabetum*, formado através dos nomes das duas letras iniciais do alfabeto grego, respectivamente *alpha* e *beta*, que já haviam sido emprestadas das línguas semíticas. Essa origem, aponta Higounet, é mais etimológica que etiológica, que deve ser entendida a partir da origem da idéia de uma escrita consonantal.

Higounet (2003:59-60) destaca que a idéia de expressar consoantes isoladas teria surgido de forma um tanto quanto confusa ainda entre os egípcios e seria retomada no segundo milênio pelos semitas ocidentais que habitavam as margens do Mar Vermelho e Mediterrâneo. Para o autor, o fato de essas línguas terem as bases de suas palavras nas consoantes facilitou enormemente as tentativas de uma escrita consonantal.

Para conhecer essa origem do alfabeto, faz-se necessário, segundo Higounet (2003:64) retornar a Biblos, onde encontramos “os rudimentos gráficos da escrita alfabética de que nos servimos ainda hoje”. John F. Healey (apud J.T. Hooker, 1996:272) esclarece que o alfabeto bibliense (fenício), contendo 22 letras teria se desenvolvido cerca de 1050 a.C., sendo originário de uma “linha direta de descendência dos alfabetos lineares mais antigos”. É

¹² Ver levantamento recente realizado por Carlos M. Horcades, especialista em Tipologia, dos diversos tipógrafos durante o curso da história da escrita.

nessa época que, segundo o especialista, a orientação sinistrógrada¹³ e o “caráter linear estilizado das letras” se sedimentam.

Segundo Healey (ibidem, 1996:273-5), “um pouco mais tarde, a escrita fenícia se espalhou”, chegando ao norte e posteriormente a sul até os hebreus, sendo adotado também pelos arameus, que ficavam a leste. Desta forma, são três as escritas que surgem a partir do alfabeto linear de Biblos. A principal, o fenício, com suas 22 letras, teria se mantido razoavelmente inalterada, tendo sido adotada pelos gregos.

Higounet (2003:87) advoga inquestionável a origem fenícia do alfabeto grego. Segundo o autor, “a forma primitiva de quase todas as letras gregas, sua ordem e seu nome dão testemunho dessa origem e estão de acordo com a tradição”. Higounet (idem) e Healey (ibidem, 1996:281) lembram que Heródoto costumava chamar as letras de *phoinikéia grammata*, isto é, escrita fenícia. Além disso, os gregos diziam que Cadmo, lendário fundador de Tebas, foi quem trouxe da Fenícia dezesseis letras. Palamedes¹⁴ a estas teria acrescentado, no decurso da guerra de Tróia, mais quatro e “o poeta Simônides de Ceós, quatro outras, mais tarde” (Higounet, idem).

É interessante notar, como pontua Healey (ibidem, 1996:282), que o formato dos diversos alfabetos gregos antigos (séculos VIII-VII a.C.) varia consideravelmente. Contudo, sejam de Atenas, Tera, Creta, Naxos, Corcira ou Beócia, diversas eram as semelhanças de usos, como por exemplo, a utilização de certos grafes como vogais, o que indica claramente, segundo o autor, a origem comum. A datação da importação grega do alfabeto fenício é incerta; Healey sugere que como é necessário tempo para uma diversificação, seria razoável admitir que tal importação tenha ocorrido bem antes do século VIII a.C.

Foi da direita para esquerda que as primeiras inscrições foram feitas, tendo aparecido em alguns momentos de forma bustrofédica¹⁵. Seria em cerca de 500 a.C. que a escrita se estabeleceria entre os gregos da esquerda para a

¹³ Da direita para a esquerda.

¹⁴ Filho de Náuplio, rei de Eubéia, este herói grego teria sido quem obrigou Ulisses a partir para a guerra de Tróia.

¹⁵ Da esquerda para a direita e da direita para a esquerda de forma alternada.

direita. Inicialmente as letras gregas são *alfa, beta, gama, delta, épsilon, digama, zeta, eta, teta, iota, kapa, lambda, mi, ni, xi, ômicron, pi, san, koppa, rô, sigma* e *tau*. Note-se que o *digama, san* e *koppa* são logo abandonados. (Higounet, 1996:88-9)

Healey (ibidem, 1996:284-5) explica que “embora os gregos tenham exercido uma influência secundária sobre os povos semíticos ocidentais, deram no entanto uma nova dimensão à escrita alfabética”. Segundo o autor, diversas letras fenícias não aproveitadas como consoantes foram usadas para representação das vogais em dialetos gregos específicos. “A letra fenícia ‘*ayin*, escrita na forma de um círculo representando um som gutural que não existia no grego, passou a ser usada para expressar a vogal /o/.”

Já o fenício *he* passa a exprimir /e/ e o *yod* indica /i/. Numa relação de analogia a indicação de oclusão glótica *aleph* (') passa a ser usado como A.

Higounet (2003:90) destaca ainda o *wau*, inicialmente o *digama*, que veio a se transformar no *ypsilon* (*y*). Para a representação das aspiradas teríamos o *phi, khi* e *psi*. E sintetiza: “em suma, os gregos adaptaram o sistema de notação semítica às particularidades de sua língua. Mas, se observamos bem os resultados dessa adaptação, a real origem da concepção de notação vocálica continua a nos escapar”.

Depois de diversas sinuosidades que o modificaram em diversas frentes, o alfabeto jônico de Mileto é o que passa a ser adotado de forma oficial em Atenas entre 403-402 a.C., sendo legado à posteridade como o alfabeto grego dito clássico onde a direção da escrita não mudaria mais (John F. Healey, apud J.T. Hooker, 1996:285).

Alterações na Antigüidade tardia¹⁶

Tentaremos sintetizar nesta parte as alterações sofridas desde o contato etrusco com o alfabeto grego, em seguida passando pelo contato romano com os etruscos e apresentando as modificações que sofre o alfabeto latino até meados dos tempos medievais. Sabemos da extensão do período (séc. VII a.C.

¹⁶ O tema foi exaustivamente trabalhado por diversos dos autores que apresentamos. Recomenda-se especialmente Hooker (1996:13-7), Healey (apud J.T. Hooker, 1996:286-288), Sampson (1996:115-27), Horcades (2004:20-8) e L. Bonfante (apud J.T. Hooker, 1996:406-10). Por razões únicas e exclusivamente didáticas, faremos nossa análise a partir de Charles Higounet (2003:101-25), sendo esta indicação, fique delimitado, premissa e base a todo este item.

- aprox. IX d.C.), portanto nos ateremos somente às mudanças. Serão descartados os elementos históricos, embora não seja o ideal, para permitir um plano geral de modificações pelas quais passa o alfabeto latino nesse período.

No princípio, o alfabeto latino era apenas mais um entre os diversos alfabetos locais que os habitantes da península itálica haviam importado dos tipos gregos ocidentais. Os etruscos, que dominaram a região acima do Lácio do séc. VII ao VI a.C., eram detentores de uma escrita alfabética inegavelmente ligada ao grego. A documentação etrusca arcaica mostra as vinte e duas letras fenícias acrescidas das quatro suplementares gregas *ypsilon, khi, phi, psi*, apresentando valores ocidentais.

O entendimento clássico vai ao encontro da idéia de que essa forma de escrever o grego com a qual os etruscos tiveram contato seria a do alfabeto de Cumes, uma colônia grega na região de Campânia da península itálica que tinha por metrópole Cálcis da Eubéia.

De uma forma ou de outra, este alfabeto rapidamente se modifica e elimina as consoantes gregas *b, d e k*, bem como o som de *o* que não eram de uso etrusco. Além disso, foi criado um grafe em forma de oito para notar o som de *f*. Diversos outros alfabetos se desenvolvem na península *pari passu* ao etrusco, alguns com influência maior, outros menor deste último. São exemplos os alfabetos sícula, messapiano, piceniano e as inscrições oscas e úmbrias, dentre outros.

Os documentos mais antigos escritos no que se chama convencionalmente de alfabeto latino datam do fim do séc. VII e do início do VI a.C. De forma geral, pode-se dizer que as diferenças entre o alfabeto latino e o alfabeto grego estão relacionadas à origem oriental deste e a ocidental daquele.

Seria somente no século I a.C. que o alfabeto latino passaria a conter vinte e três letras. Das consoantes gregas aspiradas não mais utilizadas, fizeram-se sinais de numeração. Uma variante do *c*, o *g*, surgiria no século III a.C. Uma outra questão era a necessidade de transcrever palavras gregas, o que levaria a adoção direta do alfabeto jônico dos sinais *y* e *z*. Um outro aspecto era não distinguir na escrita entre o *i* e *u* vocálicos e consonantais.

Inúmeras foram as tentativas que fracassaram de introduzir novos grafemas ao alfabeto. Dentre elas estavam a de Valério Flaco e a do imperador Cláudio (41-54).

Citemos diretamente Higounet (2003:105): “o alfabeto latino é, definitivamente, um alfabeto grego ocidental transformado, por uma forte influência etrusca, em um dos alfabetos itálicos”. E continua, de forma assertiva, dizendo que “se foi o único a sobreviver entre eles, é porque se tornou o alfabeto do povo vencedor, que o impôs inicialmente à Península Itálica, depois a todo o Ocidente antigo, com sua língua e sua escrita”.

Esse alfabeto do século I seria a versão relativamente final da escrita latina em termos de gênese e constituição com vinte e uma letras; posteriormente vinte e três com o y e o z, como vimos. As mudanças vistas depois desse período seriam de caráter mais gráfico, aqui entendido como a forma de se escrever os grafes.

Nos séculos II e III, a escrita romana conhecida gera as formas da “nova escrita comum” – inicialmente vertical, depois inclinada para a direita, sendo ligeira com curvas freqüentes, bem como ligaduras – e a “uncial” – grafia de luxo, artificial e imóvel. Nos séculos IV e V, a escrita nova sobrepõe a antiga.

Os povos germânicos responsáveis pela criação dos novos reinos do Ocidente, adotam a escrita comum romana juntamente com o latim nos séculos V e VI. A arte da escrita entraria em decadência e com o surgimento do monarquismo ocidental nos séculos VI e VII, os textos começam a ficar reclusos a mosteiros. Ao longo dos séculos VIII e IX floresceria toda uma disciplina caligráfica que resultaria no escrever carolíngio.

É fundamental perceber que, como apresentamos anteriormente, após o século I a imensa maioria das modificações do alfabeto latino ficaram restritas à forma dos grafemas ou à formação de novos grafes para o mesmo grafema.

Durante grande parte da Idade Média, Renascimento e posterioridade, as mudanças foram meramente tipográficas, predominantemente movidas pela imprensa de Gutenberg. As alterações mais significativas a se cristalizarem, de forma geral, seriam os grafemas *w* por volta do século XI, a partir da necessidade de representação da duplicação do som /v/ por parte dos

germânicos e dos grafemas *j* e *v*, no séc. XVI, por parte do humanista francês Pierre de la Ramée, contribuindo para o encerramento da pendência já levantada pelo imperador Cláudio, como vimos, deixando o alfabeto com as vinte e seis letras que conhecemos hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWMAN, Alan K. e WOOLF, Greg (orgs.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

CATACH, Nina. *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

HOOKER, J.T. et alii. *Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto, a história da escrita antiga*. São Paulo: EdUSP/Melhoramentos, 1996.

HORCADES, Carlos M. *A evolução da escrita: história ilustrada*. Rio de Janeiro:

Senac Rio, 2004.

SAMPSON, Geoffrey. *Sistemas de escrita: tipologia, história e psicologia*. São Paulo: Ática, 1996.